



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150772 - RO (2021/0231544-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : ADRIANO ALECRIM MONTEIRO SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : ANA LÍDIA DA SILVA - RO004153  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ADRIANO ALECRIM MONTEIRO SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0809346-55.2020.8.22.0000).

O recorrente foi preso em flagrante, acusado pela prática dos delitos previstos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 12 da Lei n. 10.826/2003, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Sustenta que a prisão em flagrante seria ilegal, tendo em vista que o mandado de busca e apreensão foi cumprido em local diverso do que fora determinado pelo Juízo.

Defende que sua prisão deveria ser substituída por medidas cautelares diversas, nos termos da Resolução CNJ n. 62/2020.

Aponta a ilegalidade da custódia também por excesso de prazo na formação da culpa.

Afirma que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea, não estando presentes os seus requisitos autorizadores, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a substituição da prisão preventiva por domiciliar com monitoramento eletrônico ou outra medida cautelar alternativa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, sobretudo tendo em vista que, segundo consta do aresto impetrado (e-STJ fl. 237-):

*In casu, em que pese os argumentos trazidos pela impetrante, não há que se falar em qualquer ilegalidade ou irregularidade na prisão preventiva, visto que embora o mandado menciona endereço diverso da prisão, os policiais foram até o endereço que sabiam ser a residência do paciente, encontrando-o saindo do local, oportunidade em que ele foi cientificado da ordem judicial, confessou que mantinha dinheiro e entorpecente no interior do imóvel, além do mais, o delito de tráfico de drogas (na modalidade ter em depósito e guardar) é permanente, de sorte a se divisar, na espécie, uma situação de flagrante, razão pela qual os policiais poderiam entrar na residência independente de mandado de busca e apreensão, afastando, portanto, a nulidade aventada. [...]*

*Quanto aos argumentos de ausência de concreta fundamentação para manutenção da prisão preventiva, ao contrário do que afirma a impetrante, observa-se que o juízo primeiro fundamentou a necessidade da prisão preventiva como forma de garantir ordem pública, fazendo referência às circunstâncias e gravidade dos fatos, destacando, na quantidade da droga apreendida (quase 2kg de cocaína), dinheiro, arma de fogo, balança de precisão e apetrechos usados para preparar entorpecente, aliado à existência de fortes indícios de autoria, são circunstâncias que permitem a manutenção da medida cautelar, afastando a suposta ilegalidade da medida cautelar. Além disso, a constrição cautelar é indispensável para evitar a reiteração delitiva, até porque o paciente foi condenado por tráfico de drogas, ação penal n. 0015763-48.2016.8.22.0501, e, atualmente, estava cumprindo pena no regime aberto, circunstâncias que evidenciam sua periculosidade e a necessidade da manutenção do decreto prisional.*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência